

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 10

SESSÃO ORDINÁRIA
27 DE ABRIL DE 2015

APROVADA POR UNANIMIDADE.
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22/06/2015.

-----Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e quinze reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, pelas 10h00 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:-----

1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 1.1 **Apreciação e votação das atas das sessões ordinárias de: 29 de Setembro de 2014, 22 de Dezembro de 2014 e 16 de Fevereiro de 2015;**-----
- 1.2 **Informação da Correspondência;**-----
- 1.3 **Assuntos de interesse relevante para o Município.**-----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- **PONTO 1 – APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA (ALINEA C) DO N.º 2 DO ART. 25.º DA LEI N.º 75/2013);**---
- **PONTO 2 – PLANO INTERMUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALTO DOURO VINHATEIRO (PIOTADV);**-----
- **PONTO 3 — PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2014 QUE INTEGRA O RELATÓRIO DE GESTÃO, O RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA E O RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO;**-----
- **PONTO 4 —2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO;**-----
- **PONTO 5 — CORREÇÃO À 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS;**-----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Feita a chamada, para além dos membros que compõem a Mesa, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

Força Política	Membros	
Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP	JOSÉ MÁRIO LEITE	
	CRISTINA ALEXANDRA PANTALEÃO TRINDADE	
	MARIA CECÍLIA MAÇORANO SARAIVA PINTO	
	ANTÓNIO JOSÉ FÉLIX SALGADO	
	LUÍS JOÃO FERNANDES DIAS	
	MARIA HELENA PEREIRA DE SOUSA BERNARDINO	
	MANUEL CARLOS PRADO	
	LUÍS MIGUEL MENESES MACEDO	
	PEDRO MANUEL FERREIRA PEREIRA	Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Boa
	FRANCISCO ANTÓNIO ROQUE BRAZ	Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais
	MÁRIO DIOGO PINHEIRO MIRANDA	Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça
	ANTÓNIO MANUEL MARTINS	Presidente da Junta de Freguesia de Lousa
	JOSÉ CARLOS DE SÁ MENESES	Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo
	ADRIANO LUÍS MENDES MARTINS	Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgueiras e Maçores
Partido Socialista	ANTÓNIO ALVES SALEMA	
	ANTÓNIO MANUEL LOPES	
	ANTÓNIO JÚLIO ANDRADE	
	MAGALI ISABEL SEBASTIÃO AMADOR	
	ADEMAR AUGUSTO RODRIGUES ALVES	
	JOSÉ CARLOS CORDEIRO	Presidente da Junta de Freguesia de Açoreira
	LUÍSA MARIA PINTO FERREIRA	Presidente da Junta de Freguesia de Castedo
	ANTÓNIO JÚLIO SÁ ANDRADE	Presidente da Junta de Freguesia de Larinho
	LUIZ MARCELINO LOPES	Presidente da Junta de Freguesia de Mós
	JOSÉ MANUEL MOREIRAS	Presidente da Junta da União de Freguesias de Adeganha e Cardanha
	ANTÓNIO MANUEL DE CASTRO GONÇALVES	Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha
	AFONSO HENRIQUE ALAGOA	Presidente da Junta da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos

-----Encontravam-se presentes **vinte e seis** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal, verificando-se a falta das seguintes deputadas: -----

- 2.º Secretário, José Augusto Leal Leonardo que justificou a falta dentro do prazo legal e foi substituído pela deputada Maria Helena Pereira de Sousa Bernardino;-----

- Maria Vitória Andrade Lázaro (PS), que justificou a falta dentro do prazo legal e não foi substituída;-----
- Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS), que justificou a falta dentro do prazo legal e não foi substituído.-----

-----Por parte da **CÂMARA MUNICIPAL** estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, o senhor Vereador José Manuel Aires e a **Técnica Superior** Andreia Bento. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

1.1 Ata n.º 7 da Sessão Ordinária realizada em 29 de Setembro de 2014, ata n.º 8 da Sessão Ordinária realizada em 22 de Dezembro de 2014 e ata n.º 9 da Sessão Ordinária realizada em 16 de Fevereiro de 2015.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bom dia a todos. Como os senhores deputados sabem, nós temos nesta sessão 3 atas por aprovar. Sabem também que houve problemas técnicos com a gravação das mesmas e estas atas têm vindo a ser adiadas recentemente. Foi pedido o apoio de todos os intervenientes e sei que alguns o fizeram, para que elas traduzam com o máximo de fidelidade, aquilo que se passou nas reuniões. Independentemente daquilo que temos nesta altura e temos o melhor que foi possível, poderemos no futuro acrescentar, noutras atas aquilo que se pretende corrigir de forma a trazer ainda mais verdade sobre aquilo que se passou. Agora temos uma obrigação, que é a de dar conta, para o presente e para o futuro daquilo que se passa nesta assembleia e como tal eu vou colocar as atas a aprovação. Antes disso pergunto se algum dos senhores deputados pretende fazer alguma proposta de correção ou alteração das mesmas.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Manuel Martins** (Coligação PSD/CDS), **António Alves Salema** (PS), **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS), **António Júlio Andrade** (PS) e **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS).-----



-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o deputado António Manuel Martins.-----

-----**Deputado António Manuel Martins:** Bom dia a todos. Quero referir que ontem enviei para o e-mail da Assembleia Municipal a intervenção que eu fiz. Não estando a minha intervenção mal, no final da página 4, não é ponto mas sim pouco, e está lá ponto. Depois há uma ou outra questão, nomeadamente falta pontuação mas é só.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Deputado isso traz um pequeno problema porque nós temos para votar a ata tal qual como foi distribuída e isso não é razoável se os senhores deputados não conhecerem os documentos que chegaram. É algo que me preocupa. Também me preocupa que nessa ata não estejam registadas as intervenções do público, situação que eu gostaria que fosse revista mais tarde. Nesta altura obviamente só pode ser votada aquela que está em cima da mesa. Obviamente que os senhores deputados podem, propor alterações para além das que já fizeram chegar ao secretariado. Mas também podem reprovam a ata para ser aprovada mais tarde. Nesta altura, não havendo propostas de alteração, vamos votar as atas tal como estão e tal como foram distribuídas.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Na apreciação das 3 atas, a da Lousa é aquela que tem mais problemas, eu sinceramente não fui capaz de me fazer ouvir. Como não me conseguia ouvir não estive para estar a inventar o que disse ou o que não disse. Eu não me oponho à aprovação da ata mas fica aqui um alerta para de futuro não se fazer destas coisas de ânimo leve, sem condições. Há que começar a ter mais atenção e cuidado para que as coisas melhorem. Eu acho que as pessoas se devem esforçar um pouco mais na elaboração das atas.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado senhor deputado, eu subscrevo as palavras da preocupação em que se deve melhorar a qualidade mas não subscrevo a questão, ou melhor, não quero atribuir os problemas surgidos na Lousa com a deslocação. Eu prezo muito a descentralização, continuarei aberto a que haja outras propostas para nos deslocarmos. Estou certo que a localidade geográfica não pode de qualquer forma intervir na qualidade da ata.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Bom dia a todos. Eu tinha proposto em relação à ata da Lousa que logo no início, se colocasse uma caixa de texto onde se fizesse referência que devido a falhas técnicas as intervenções não estão reproduzidas integralmente.-----

ASD

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Eu realmente não poderei votar. Aqui aparece qualquer coisa como isto: “ ... eu comprava-lhe as próprias peças a Vasconcelos. Não sei onde estão essas peças mas aquilo que for eu comprava-lhe essas peças”. Isto não corresponde a nada daquilo que eu disse, logo não posso votar esta ata.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor deputado, eu também não entendi o seu texto quando o li. Esta ata é de Dezembro, foi distribuída em Fevereiro com a proposta de ata e obviamente estamos à espera das contribuições de todos os senhores deputados pois sempre que neste caso ou em qualquer outro caso, qualquer um dos senhores deputados entenda que aquilo que está em ata não corresponde àquilo que foi dito, têm todo o direito de rever e fazer chegar aos serviços técnicos as alterações e correções. Será votada de acordo com aquilo que os senhores deputados entenderem ser o registo adequado do que se passou na reunião.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Senhor Presidente, eu não sou contra a descentralização, eu digo é que haja mais cuidado quando existem estas deslocações.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Foi feita a correção Senhor Deputado e subscrevo totalmente as suas palavras.-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Eu só queria pedir que para suportar a existência destes erros, que fique em anexo para disponibilizar ao público em geral, o registo áudio. É uma proposta que faço.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Relativamente às intervenções que ouvi quer-me parecer o seguinte: a forma como registamos as atas é da competência desta Assembleia e deve fazer parte do Regimento. Como há outras alterações possíveis para o Regimento vamos eventualmente discutir todas essas questões e fazer uma possível alteração regimental na próxima Assembleia dado que ela tem de ser programada e devidamente anunciada. Relativamente à ata da Lousa, há falhas que o deputado António Salgado notou. Há intervenções que faltam, há intervenções distorcidas e, obviamente que nenhum deputado pode ser ridicularizado, por causa delas. Se há intervenções que entendam que devem ser retiradas coloca à consideração da Assembleia a retirada dessas intervenções. Poderão ser retomadas mais tarde, se assim o entenderem. Se há intervenções que de alguma forma não correspondem àquilo que foi dito, eu acho lógico que não devam ser publicadas. De qualquer forma continuo determinado a colocar as atas à votação e os senhores deputados aprovarão ou não. Pode e deve ficar uma ressalva desde já dizendo que estas atas tiveram problemas



técnicos na sua gravação. Mesmo que posteriormente sejam revistas, devem ter esta menção para que quem quer que as veja na internet saiba que efetivamente não é a versão final mas, é urgente que vão para a internet porque o Município de Torre de Moncorvo deve ter as atas da Assembleia Municipal publicadas em tempo devido e razoável.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Naturalmente que para escrever uma ata é necessário haver frases e não um amontoar de palavras como quem mete batatas num saco. Ao escrever uma ata tem de ser com frases corretamente escritas. Na mesma ata está uma intervenção, que eu li ao acaso, e numa intervenção do Sr. Presidente da Câmara existem 20 ou 30 linhas sobre um assunto e de repente passa para outro completamente diferente, isto não tem pés nem cabeça, é preciso cuidado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Deputado, relativamente a isso obviamente que eu concordo consigo, fazer uma ata não pode ser um amontoar de palavras, por isso mesmo é que eu peço aos serviços técnicos que sempre que haja dificuldades entrem em contacto com os intervenientes e que envie atempadamente a minuta das atas para quem esteve presente possa verificar as intervenções, para que as atas espelhem fielmente aquilo que é dito nesta assembleia.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** O que eu propunha era o seguinte, que o responsável pelas atas ai um mês ou três semanas antes da assembleia enviassem para o e-mail de cada um dos deputados as atas e cada um verificava as suas intervenções para depois se chegar aqui e se aprovar. Acho que como estão não podem ser aprovadas.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Deputado, concordo com quase tudo menos com o adiamento. Nós estamos a adiar atas desde setembro. Não dá uma boa imagem desta assembleia o facto de o público estar sem saber o que se passa nesta assembleia desde setembro de 2014. Obviamente que os senhores deputados podem ter outra opinião, eu respeito nem posso deixar de respeitar e podem chumbar a aprovação das atas mas eu vou pô-las à votação. Perante a insistência vou colocar à votação a proposta do senhor deputado António Salgado sobre o adiamento das atas. As atas são adiadas para a próxima assembleia. Peço de qualquer forma aos senhores deputados encarecidamente, eu enviei um e-mail a todos, a pedir-lhes as suas contribuições. Têm agora as atas, olhem para elas, façam as alterações que entenderem e nós vamos colocar a votação na próxima reunião todas as atas. Relativamente à caixa de texto, deputado Salgado, peço-lhe que escreva um texto onde

[Handwritten marks]



se coloque que devido a problemas técnicos a ata não está totalmente completa. Como a proposta é sua, acho que faz todo o sentido fazê-lo. -----

-----**Deputado António Alves Salema:** Eu penso que as atas devem vir também em suporte papel para cada Grupo Parlamentar pois ai já não há desculpas de que não conhecem as atas. As atas devem acompanhar todos os pontos. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Alguns de nós não têm tinteiros para imprimir este amontoar de papel e além disso, as atas têm de ser enviadas atempadamente senão é impossível ler. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por maioria**, dezoito votos a favor, sete votos contra e uma abstenção da deputada *Magali Isabel Sebastião Amador (PS)* **adiar** a aprovação da Ata n.º 7 da Sessão Ordinária realizada em 29 de Setembro de 2014, ata n.º 8 da Sessão Ordinária realizada em 22 de Dezembro de 2014 e ata n.º 9 da Sessão Ordinária realizada em 16 de Fevereiro de 2015. -----

1.2 Informação da Correspondência.-----

-----Não houve intervenções.-----

-----O Presidente de Mesa deu a conhecer a correspondência recebida entre a última sessão da Assembleia Municipal e a presente, registada sob os números 10 a 45, inclusive, da qual se elaborou um resumo da mesma distribuído antecipadamente a todos os deputados, informando que a mesma ficaria à disposição de quem pretendesse consultá-la, da qual constavam: -----

- ✓ **Luís Ricardo Ferreira – Justificação de falta:** Veio justificar a falta à reunião de Assembleia Municipal realizada no dia 16 de Fevereiro de 2015;-----
- ✓ **In – Anima – Proposta de atividades infantis – Páscoa 2015** – Veio apresentar as suas propostas relativas a espetáculos a realizar na Páscoa; -----
- ✓ **Presidente da Assembleia Municipal – Justificação de falta** – Veio justificar a falta à reunião de Assembleia Municipal realizada no dia 16 de Fevereiro de 2015;-----
- ✓ **Marlene Bravo – Candidatura a possível vaga de Engenharia Civil** – Veio apresentar a sua candidatura a uma possível vaga de engenharia civil, tendo enviado o seu Curriculum Vitae;-----

- ✓ **Candidatura a Presidente da Republica** - Foi presente um e-mail do Dom Sebastião a solicitar que não se apoie a candidatura do Dr. Marcelo Rebelo de Sousa a Presidente da República;-----
- ✓ **O Futuro Primeiro-ministro – António Costa** - Foi presente um e-mail do Dom Sebastião a solicitar que não se apoie o Sr. António Costa para ocupar o cargo de Primeiro Ministro;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** - Envio da Minuta da Reunião de Câmara de 20 de Fevereiro de 2015;--
- ✓ **Apresentação do Projeto comédia no feminino – Marias Cheias de Graça e pedido da data de espetáculo** - Veio a Bang Produções enviar a apresentação das “Marias Cheias de Graça”, querendo saber as condições e disponibilidade de datas para apresentação do espetáculo ao público no nosso espaço;-----
- ✓ **Grupo Parlamentar os Verdes – Contratos de Emprego – Inserção nas Escolas Públicas** - A dar conhecimento das perguntas dirigidas ao Ministério da Educação e Ciência e ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Helena Apolónia sobre os Contratos de Emprego – Inserção nas Escolas Públicas;-----
- ✓ **Museu da Assembleia da República** - Envia a ficha da peça do Mês do Museu da Assembleia da República;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo – Newsletter n.º46** - Veio dar a conhecer as atividades realizadas no mês de fevereiro de 2015;-----
- ✓ **Maria Vitória Andrade Lázaro – Justificação de falta** - Veio justificar a falta à reunião de Assembleia Municipal realizada no dia 16 de Fevereiro de 2015;-----
- ✓ **José Girão – Grande Promoção Sinalização Vertical** - Veio informar da baixa dos preços de sinalização;-
- ✓ **Rosário Duarte – XXII Congresso da ANMP/Alojamento** - Veio informar sobre o programa que decorrerá nos dias 27 e 28 de março de 2015 em Tróia, enviando o programa em anexo assim como a inscrição para participação;-----
- ✓ **EA Lusófono – Pedido de parceria no 3.º Congresso Lusófono de Educação Ambiental** - Veio informar sobre a realização do congresso a realizar nos dias 8 a 12 de julho de 2015 em Torreira, Murtosa;-
- ✓ **Assembleia Municipal de Viseu - Moção** - Envio do teor da Moção aprovada em Assembleia Municipal de Viseu;-----

- ✓ **Global Colibri 16 – Dia Mundial da Água** – Envio de informação sobre a água;-----
- ✓ **Diogo Silva – Pin - Veio** solicitar a contribuição na sua coleção de Pin´s;-----
- ✓ **Dase – Convocatória da Reunião do Conselho Municipal de Educação** - Veio convocar para a reunião do Conselho Municipal de Educação a realizar no dia 24 de Março de 2015;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** - Envio da Minuta da Reunião de Câmara de 6 de Março de 2015;-----
- ✓ **Abreu – Pan – Festival Transfronteiriço de Poesia, Património e Arte de Vanguarda** - Veio comunicar a realização do festival em Salamanca nos dias 17-19 de julho e em Carviçais nos dias 24-26 de julho;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** - Envio do Edital a informar a alteração das datas das reuniões de Câmara;-----
- ✓ **Direção Nacional do Stal – Dia Mundial da água 2015** - Envio do relatório “Veio para ficar”;-----
- ✓ **Dase – Ata da Reunião de 10 de dezembro de 2014** - Enviou a ata da reunião de 10 de dezembro de 2014 do Conselho Municipal de Educação;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** - Envio da Minuta da Reunião de Câmara de 23 de Março de 2015;-----
- ✓ **Associação de Solidariedade Social e Produtiva – Projeto de Solidariedade Social** - Vem solicitar o apoio no projeto “De Mãos Dadas” através do IRS;-----
- ✓ **Stal – Ofício enviado pelo Governo às autarquias** – A STAL vem dar a conhecer a sua posição relativamente ao ofício enviado pelo Governo às autarquias sobre um conjunto de diretrizes que apelida de “princípios orientadores”;-----
- ✓ **Resolução sobre Portaria n.º 66/2015, de 6 março** – Envia a certidão relativa à resolução sobre a Portaria n.º66/2015 – realização de exame para obtenção de carta de caçador;-----
- ✓ **E-mail de Dom Sebastião sobre as práticas do Sr. António Costa**;-----
- ✓ **Qualiforma – Formação de Gestão documental e arquivo** – Envia em e-mail com um conjunto de ações de formações que tem a seu dispor para fazer face às exigências legais e de promoção da competitividade das empresas;-----
- ✓ **Apresentação da Empresa Projeto Lda.** – Envia um e-mail a apresentar os seus serviços a nível da Engenharia Civil, Engenharia Eletrotécnica e Mecânica, Fiscalização e Coordenação de Segurança;-----

- ✓ **Tribunal de Contas** – Envia o Despacho Judicial n.º3/2015-EC - 9.ª Alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas – Lei n.º98/97, de 26 de agosto, republicada pela Lei n.º20/2015, de 9 de março;-----
- ✓ **Jornal Noticias do Nordeste** – Informa da morte de Leandro Vale;-----
- ✓ **Museu Correio** – Dá a conhecer a peça do mês de Abril de 2015 – “Cadeira Original do Pariato”;-----
- ✓ **João Leonardo** – Presente a justificação à falta da reunião de Assembleia de 27 de abril de 2015;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** - Envio da Minuta da Reunião de Câmara de 17 de Abril de 2015.
- ✓ **Convites:** -----
- ✓ **Apresentação de livros** – Convida o Sr. Presidente da Câmara Municipal para estar presente na apresentação dos livros “O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814) – Clausura e Destinos Famintos” de Adília Fernandes e o “Retábulo Flamengo da Parentela de Santa Ana” de Adriano Vasco Rodrigues, no dia 28 de fevereiro de 2015 pelas 15h00;-----
- ✓ **Convite da Rota dos Sobreiros** - Convida o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo para participar na “Rota dos Sobreiros” no dia 15 de Março de 2015 pelas 08h30 na Junta de Freguesia da Lousa;-----
- ✓ **Convite para a “Feira do Pão” e “Amendoeiras em Flor”**- Convida o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais para estar presente nas comemorações da “Feira do Pão” e “Flor da Amendoeira” a realizar nos dias 14 e 15 de Março de 2015;-----
- ✓ **Comemorações do Feriado Municipal – Dia de São José** – Convida o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo para estar presente nas comemorações do Feriado Municipal, dia de S. José no dia 19 de Março às 10h00;-----
- ✓ **Feira Medieval** – Convida o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo para estar presente na Feira Medieval a realizar nos dias 19, 20, 21 e 22 de Março de 2015;-----
- ✓ **Geral – ASD** – Convida para estar presente numa reunião preparatória do Congresso da ANMP, a realizar no dia 27 de março à 09h30 no Hotel Aqualuz.-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----



1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS), **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS), **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS), **António Manuel Lopes** (PS), **António Alves Salema** (PS), **António Manuel de Castro Gonçalves** (PS) e **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tenho aqui na mesa um voto de pesar que passo a citar: “Considerando que o senhor Leandro Vale foi um grande animador teatral e ajudou à realização dos primeiros festivais de teatro em Torre de Moncorvo e à criação do grupo Alma de Ferro, a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo delibera manifestar o seu pesar pelo seu falecimento”. Quem assim o pretender, pode agora assinar. Obviamente eu subscrevo este voto de pesar. Este voto será por unanimidade, pela Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Não obstante as divergências que tive com Leandro Vale, acho que o falecimento de qualquer pessoa deve merecer o nosso respeito. E ele contribuiu efetivamente para a criação do grupo de teatro de Torre de Moncorvo e dos festivais de teatro que aqui se fizeram.-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Chegou à Comissão Política do CDS-PP um agradecimento e eu como porta-voz do Grupo Parlamentar gostaria de o ler e depois anexar. Assim: “Eu, Maria Paula da Cruz Silva, moradora em Bairro Santo Cristo (antigo Fundo Fomento Habitação), Bloco B, entrada 3, 4.º Esquerdo, propriedade desta Autarquia em que habito com o meu marido, venho por este meio demonstrar o meu mais sincero agradecimento face ao assunto que a apresentar. Ao longo de quase 10 anos “travo” uma luta com a Autarquia de Torre de Moncorvo devido a uma infestação de morcegos que se alojam todos os anos na chamada caixa-de-ar e tendo os mesmos acessos por uma fissura que a fachada apresentava informei sempre os responsáveis acerca desta situação, tendo a mesma caído em esquecimento. Assim, dirigi-me numa nova tentativa de resolução deste assunto à Autarquia expondo mais uma vez o problema. Desta vez o mesmo foi ouvido pela Eng.ª Piedade Meneses, pessoa que na data em que redijo esta carta me resolveu o problema imediatamente com a ajuda dos Bombeiros Voluntários deste Município. Resta-me assim demonstrar o meu agradecimento à Eng.ª Piedade Meneses que provou com esta atitude ser capaz de resolver as situações várias a que se propõe e não menos importante agradecer também à Cooperação dos Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo que mais uma vez estiveram presentes no

auxílio e resolução de um problema da população de Torre de Moncorvo. O meu sincero agradecimento a estas pessoas, respeitosos cumprimentos".-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Deputado António José Félix Salgado tem a palavra.-----

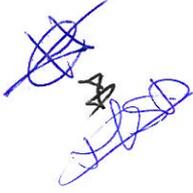
-----**Deputado António José Félix Salgado:** Eu gostava mais uma vez de dar os parabéns ao Executivo pelo sucesso que foi, quer queiram quer não, a Feira Medieval. Em 2.º lugar queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara como está a situação do Centro de Recuperação de Aves do Felgar. Também queria saber como está a situação da estrada do Felgar-Larinho-Barragem. E também, se sabe quanto é que há uma resposta acerca da possibilidade de navegação com barcos de receio na Albufeira. E em último, se há alguma exploração prevista nos termos turísticos para a Albufeira da barragem do Baixo Sabor. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Mais alguma intervenção?-----

-----**Deputado António Manuel Lopes:** Bom dia a todos. Eu também queria trazer aqui dois assuntos que poderão considerar-se duas propostas. Relativamente às propostas, uma era o voto de pesar de Leandro Vale que era também tinha intenção de o fazer, mas que neste momento já não se torna necessário, mas existe um outro homem. Obviamente que as questões pessoais para aqui não contam, foi a causa que ele abraçou. Acho que devemos também um voto de pesar por Amadeu Ferreira. O outro assunto que eu queria trazer aqui, tem a ver a tal dúvida que o Senhor Presidente da Câmara poderá esclarecer, e que tem a ver com o espólio que foi encontrado durante as escavações do Baixo Sabor. Não sei qual é o objetivo e qual será o caminho até desse espólio. Há uma coisa que eu sei, esse espólio _____. É um assunto que nos deve preocupar. Por fim, a minha proposta é a seguinte: _____ sei muito bem o valor que tiveram para mim as leituras das bibliotecas itinerantes e sei que tiveram uma grande importância na minha formação enquanto pessoa e não só. Ainda existem crianças nas nossas aldeias, não podemos descurar esse facto. E daí que com o Senhor Presidente de Junta, aprovar que se devia criar um espaço para estas crianças poderem ler bons livros e ser impulsionadas por novos caminhos.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Eu trago aqui uma outra proposta que é uma recomendação à Câmara e que diz o seguinte: " Com algum atraso foi aprovada pelo Parlamento e regulamentada pelo Governo a lei que concede a cidadania portuguesa aos descendentes dos judeus fugidos do país por causa da perseguição inquisitorial. Entrou em vigor ao início deste mês de abril. Proponho, por isso, que esta Assembleia manifeste o seu



apreço por tal medida, saudando os deputados e o Governo mas sobretudo as organizações que desde há muito vinham pugnando por ela. Por outro lado, no dia 11 deste mês de abril, completou-se o 3.º centenário do nascimento daquele que eu penso ser o judeu transmuntano mais conhecido fora das nossas fronteiras – Jacob Rodrigues Pereira, o inventor do primeiro sistema de linguagem para os surdos-mudos. Estranhamente não me consta que alguma instituição em Trás-os-Montes e Alto Douro promovesse qualquer iniciativa celebrando tão importante efeméride, particularmente a terra de onde seus pais partiram, fugindo da inquisição, o que eu lamento profundamente. Penso que tal omissão deve envergonhar-nos a todos nós Transmontanos. A concessão da cidadania portuguesa aos descendentes da nação sefardita poderá ganhar uma extraordinária dimensão em Trás-os-Montes e Alto Douro por ser a região do país onde a herança judaica é mais forte, tanto ao nível genético como ao nível das tradições culturais. E também será a região do país que mais pode orgulhar-se dos seus filhos judeus que foram dar novos mundos ao mundo, definidos pelo distinto professor transmuntano António Borges Coelho como os Novos Argonautas. Por isso torna-se imperioso o lançamento de iniciativas que promovam a ligação dos descendentes de sefarditas transmuntanos à terra dos seus antepassados, nomeadamente o lançamento de uma rota de turismo cultural – a Rota dos Judeus. Certamente que este trabalho não poderá ser um ato isolado e só dará resultados concretos se concitar a união de esforços das várias instituições da região, muito em especial das Câmaras Municipais, Escolas e Órgãos de Turismo. Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo delibera recomendar à Câmara Municipal do concelho a tomada de medidas que entenda convenientes para a prossecução de tal objetivo. E com o mesmo intuito, delibera que seja enviada cópia desta Recomendação às três CIM da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, às Escolas de Ensino Superior da região, às Direções Regionais da Cultura e do Turismo, à Embaixada de Israel em Portugal, à Associação de Amizade Portugal Israel e à Cátedra de Estudos Sefarditas da Universidade de Lisboa” .-----

-----**O Presidente de Mesa:** Portanto é uma recomendação senhor deputado António Júlio. Mais alguma intervenção? Hoje é o dia das moções pois também tenho aqui uma. Primeiro devo dizer que eu concordo com o que foi dito aqui pelo deputado António Júlio Andrade, especialmente pelo senhor deputado António Lopes pois tive o privilégio de ter sido colega de Amadeu Ferreira há algumas dezenas de anos. Relativamente à EDP, eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente de Câmara que me indique como é possível esta Assembleia dirigir-se aos representantes da EDP e não ter obtido respostas. Escrevi algumas cartas e não tenho respostas, porque entendo que esta Assembleia deveria ser informada da forma como o funcionamento das barragens está a ser feito, porque eu acho que a EDP tem uma dívida para com Moncorvo a partir do momento em que ocupa substancialmente parte dos seus territórios

e deveriam vir cá explicar-nos o que faz com o espólio, como é que a energia elétrica é produzida e quais os benefícios para a população. Relativamente às bibliotecas itinerantes só posso realmente concordar. Eu tenho também uma moção a propor e tem a seguinte introdução que passo a citar: " A solidariedade é uma das qualidades humanas. É seguramente uma das melhores características da gente de Trás-os-Montes. Faz parte do nosso DNA, desde tempos imemoriais. Todos e cada um de nós tem, seguramente, lembranças, recordações, testemunhos de gestos, atos e situações de solidariedade entre nós que, sendo prova do superior fundamento do caráter nordestino, foi e será igualmente um dos pilares de sobrevivência coletiva. Ser solidário está-nos no sangue. Quem não se sente não é filho de boa gente. Quando o poder central diminui ou priva, Moncorvo ou os Moncorvenses de algo a que temos direito, desperta, naturalmente em nós a revolta coletiva e solidária. Mas não somos insensíveis nem nós é completamente alheio se essa diminuição ou privação forem exercidas num vizinho nosso, num qualquer concelho do nosso distrito. São muitos e variados os exemplos de justo apoio a reivindicações e protestos nordestinos coletivos. Porque tudo quanto for retirado aos nordestinos, estejam eles onde estiverem, é-nos em maior ou menor parte retirado a cada um de nós. E se o prejuízo que nos causam for feito de forma gratuita, sem o aproveitamento de ninguém, então a nossa revolta e protesto será, justamente, maior e mais justo se tal for possível. O nordeste não é um arquipélago. Moncorvo não é uma ilha. O que acontece no nosso concelho diz-nos respeito, mas o que se passa ao nosso redor não nos é, nem pode ser, indiferente. Sempre que uma população ou território nordestino é privado do que quer que seja, é também a nós que privam, na devida proporção. Não sou natural de Miranda nem falo mirandês, tal como os membros desta Assembleia e a maioria dos nossos conterrâneos nordestinos. Mas nem Miranda nem o mirandês nos são alheios ou indiferentes. Somos, justamente por isso, o único distrito, a única região portuguesa, com duas línguas oficiais. Ora a língua é o maior, melhor e mais precioso ativo que temos. É a língua que nos permite expressar todos os nossos sentimentos. É através da língua que manifestamos o amor, a raiva, o ódio, a compaixão, a dor, a alegria e todas as outras manifestações boas ou más. As nossas línguas são o português e o mirandês. Fazem parte do nosso património. Não falo, tal como disse o mirandês. Mas entendo-o. Entendo-o, curiosamente quando o leio em voz alta. Porque, pouco me dizendo a grafia escrita, os sons são-me todos muito próximos e familiares. Porque o mirandês, embora confinado na sua essência às terras de Miranda não tem uma fronteira rígida e inviolável. Contaminou e foi contaminado por toda a região envolvente! Amadeu Ferreira, falecido recentemente, teve várias homenagens em Lisboa e no nordeste. Teve muito menos que as que merecia e mais que as que desejava. A que mais ansiava não lhe foi feita. A ele e a nós que somos nordestinos, que somos transmontanos, que somos da Terra de duas línguas: a assinatura por Portugal da Carta Europeia das Línguas Regionais e



Minoritárias. Tal ato não acarreta nenhum custo para o Estado Português. Nem monetário, nem, que se saiba, político. Somos um dos poucos estados que ainda não aderiu a essa carta. Enquanto nordestinos estamos a ser espoliados de um ativo demasiado importante para que fiquemos calados assistindo sem nada dizermos, sem nada fazermos. A recusa negligente do estado português em assinar a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias é uma ofensa aos mirandeses, é uma ofensa aos nordestinos, é uma ofensa aos transmontanos, é também uma ofensa aos moncorvenses. O 25 de abril que recentemente celebrámos trouxe-nos de volta a democracia e a liberdade sequestradas durante décadas. Sendo certo que uma das principais regras da democracia é o governo das maiorias, uma das principais conquistas da liberdade é o direito das minorias. Por isso proponho a esta nobre Assembleia que analise, discuta, melhore, altere, se assim o entender, e aprove a seguinte moção: O mirandês é a segunda língua oficial portuguesa desde janeiro de 1999 consagrada na lei n.º7/99, de 29 de janeiro da Assembleia da República onde o Estado Português reconhece o direito de cultivar e promover a língua mirandesa enquanto património cultural (artigo 2.º) bem como o direito a apoio científico e educativo (artigo 5.º). Miranda do Douro e o mirandês são, respetivamente, território de Trás-os-Montes e património cultural de todos os transmontanos. Ao não assinar a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias o Estado Português está a contrariar uma determinação da Assembleia da República, sem qualquer benefício conhecido, prejudica gratuitamente a região mirandesa e transmontana e as suas gentes. A Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, reunida em sessão Ordinária a 27 de abril de 2015 delibera no âmbito das competências conferidas pela alínea o) do n.º1 do Artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro: Manifestar o seu firme e energético protesto pelo desinteresse governativo nesta matéria; Exigir do Governo da República a assinatura urgente da Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias; Instar todas as entidades públicas em geral e as transmontanas, em particular, a associarem-se a esta atitude de protesto e exigência; Dar conhecimento desta moção e todas as Câmara e Assembleias Transmontanas e publicitá-la nos principais órgãos de comunicação.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Relativamente à EDP, não percebi, foi o Eng.º Mário Leite que enviou as cartas à EDP? Acho que não devia pois essa tarefa cabe ao senhor presidente da câmara.-----

-----**O Presidente de Mesa:** De qualquer forma Senhor deputado quero dizer que antes de me dirigir à EDP conversei com o Sr. Presidente de Câmara, portanto não estou a fazer nada à revelia do executivo. Entendo que a EDP poderia informar esta assembleia porque é no âmbito desta assembleia, independentemente de informações anteriores que as barragens entraram

em funcionamento mas se o senhor deputado acha que não me devo meter no assunto, respeito com toda a certeza, a sua opinião.-----

-----**Deputado António Manuel Lopes:** (Sobre a EDP) -----

-----**O Presidente de Mesa:** Esse é outro dos aspetos ao qual eu acho que a EDP deveria responder.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Peço desculpa mas eu acho que o Sr. Presidente da Assembleia tem todo o direito e o dever de se dirigir ao Presidente da Câmara para saber das atividades que se desenvolvem. Eu acho que faz muito bem e pela minha parte apoio.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar à votação das moções:-----

-----a) Voto de pesar da morte de Amadeu Ferreira;-----

-----b) Voto de pesar da morte de Leandro Vale;-----

-----c) Recomendação à Câmara Municipal sobre a instituição da Rota dos Judeus na sequência da concessão da nacionalidade portuguesa aos descendentes dos Judeus Sefarditas Transmontanos;-----

-----d) Moção a exigir que o Governo Português assine a Carta Europeia; -----

----- A Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade**, aprovar as moções. -----

-----**Deputado António Manuel de Castro Gonçalves:** Em resposta ao deputado António Salgado, o "Masmarracho" chama-se Centro de Interpretação Ambiental e Reabilitação Animal. Não sei se reparou mas andam a executar a linha de Média Tensão para o CIARA por isso deve ser para avançar porque senão não avançavam com as linhas e não colocavam um posto de transformação no local. A estrada Felgar-Larinho já começou, andam a executar as "PH's" e para quem não sabe as PH's são Passagens Hidráulicas portanto andam no terreno. Nos acessos do Felgar temos um grande problema, é que em todos os caminhos a executar a família Ruano tem terrenos, como é do conhecimento de todos e a família ainda anda em litígio com as expropriações dos terrenos e estamos como se diz, em "Standby". Em relação à navegação na barragem penso que o Sr. Presidente da Câmara responderá melhor do que eu. Mas sei que numa primeira fase não iam autorizar a navegação com barcos a motor.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Há um ponto que acaba por se desdobrar em dois e eu gostaria de trazer à apreciação dos senhores deputados. Tem a ver com aquilo que foi levantado pelo senhor deputado Salema que tem a ver com a questão da informação aos deputados municipais. Eu estive a ver o Regimento e o Regimento diz apenas que a distribuição dos



documentos será feita nos termos legais e quem quiser pode aderir à forma eletrónica. Estive a ver também as atas e houve aqui uma discussão, houve um acordo de principio, de qualquer forma não houve uma deliberação formal, mas houve um acordo de cavalheiros em que toda a documentação seria distribuída via eletrónica e seria distribuído um dossier em suporte papel para cada um dos Grupos Parlamentares e para a Presidência. De qualquer forma também gostaria de trazer aqui à consideração dos senhores deputados um outro assunto. Há aqui, precisamente, um pedido do Senhor Paulo Jaloto para o período de intervenção do público. Eu estive a olhar para o Regimento de outras Assembleias e verifiquei que há assembleias em que esta intervenção é feita antes deste ponto, portanto o primeiro ponto é a intervenção do público. Quais as vantagens que vejo disso? Primeiro as pessoas que vão intervir sabem a que horas vêm pois as pessoas não têm de ficar obrigadas a permanecer aqui o tempo todo pois a reunião tem horas para começar mas não tem para acabar. Nós estamos cá e temos de estar que é obviamente o nosso dever mas o público pode aproveitar o tempo, não está interessado naquilo que é discutido na assembleia, está sim interessado em fazer a sua apresentação. Tem também outra vantagem: imaginem que o assunto que trazem aqui não é apenas pessoal mas que também diz respeito à comunidade e eu acho que todos os deputados devem ter direito a pronunciar-se sobre ele se assim o entenderem. Mais, se o assunto for considerado relevante, poderão ter a oportunidade de propor à mesa a inclusão de um ponto novo que possa ser discutido. Se for no final, como sabem, independentemente da boa vontade do Presidente de Assembleia, na prática nada obriga a que ele dê a palavra a quem quer que seja para se pronunciar sobre o que foi dito. Em última análise, vamos imaginar, por absurdo ou não, que havia uma crítica para a assembleia, o que acontecia após a crítica era fecharmos a assembleia e ponto final. Se for feita a intervenção no início, os deputados podem, se assim o entenderem, intervir sobre esse ponto. O que eu proponho é fazer uma proposta de alteração ao regimento que vou enviar para todos os senhores deputados, peço a vossa contribuição se estiverem de acordo para se fazer estas duas alterações: 1.º Definir tudo muito bem e vou pedir ao deputado António Salema que me faça chegar a sua proposta de uma forma mais concreta, qual é a forma que entendem mais adequada da distribuição da informação. Os senhores deputados devem estar informados antes de virem para cá, como é evidente, não têm de suportar impressões ou o que quer que seja mas nós também temos o dever de não obrigar a Câmara Municipal a suportar o excesso de papel, porque papel para ir para o lixo não beneficia ninguém e prejudica o ambiente, é uma preocupação que temos de ter. Peço aos senhores deputados que pensem nisso, eu próprio vou começar a redigir algumas alterações.-----

-----**Deputado Francisco António Roque Braz:** Bom dia a todos. Relativamente às alterações que o Sr. Presidente da Mesa está a propor, eu digo já, que sou contra a intervenção do



público passar a ser no início, porque tomara-mos nós ter mais público nas assembleias. Sou apologista de que o público deveria estar e participar mais, e ao estarmos a colocar as intervenções do público no início, penso que será uma forma de estarmos a afastar mais o público das assembleias.-----

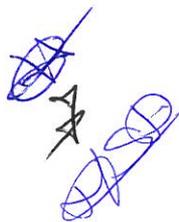
----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Manuel Lopes** (PS), **António Alves Salema** (PS); **José Manuel Moreiras** (PS) e **António Júlio Andrade** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**Presidente da Câmara:** Bom dia a todos. Vou começar por responder às questões que foram aqui levantadas. Quanto ao Centro de Interpretação Ambiental e de Vida Selvagem (CIARA) houve um problema, a empresa a quem foi adjudicado faliu. Houve a necessidade de fazer um novo concurso. Foi adjudicado, salvo erro, na semana passada, há um problema é no âmbito do funcionamento. A Associação de Municípios do Baixo Sabor fez um protocolo com o Instituto Politécnico de Bragança que irão delinear como vai funcionar. Está em princípio para ser inaugurado até ao final deste ano. Poderá haver um problema porque a EDP não assumir os encargos com o mobiliário e os conteúdos. Ora sem o mobiliário e os conteúdos só inaugurávamos as paredes. Estamos a negociar com o Instituto Politécnico de Bragança, os custos rondarão anualmente os 100.000,00€ (cem mil euros). Quanto à estrada do Larinho, já está no seu percurso normal. Como o Sr. Presidente de Junta do Felgar já explicou, na última reunião que tivemos, há uns meses largos com a EDP Produção, foi fixado um prazo até Setembro/Outubro. As estradas de acesso aos terrenos é complicado, não é só o Felgar com esse problema mas, sim várias freguesias, tal como, por exemplo o Larinho, a Cardanha, entre outras. Todas as juntas de freguesia têm esse problema e têm sido os presidentes de junta que reuniram com a EDP sempre que os convoca. Mas, não têm tido o reverso da medalha, ou seja, o mesmo não acontece quando as juntas o solicitam à EDP uma reunião pois não estão disponíveis. Não é um problema de fácil resolução. Estamos também a desenvolver essas estradas. Estamos ainda à espera do Plano de Ordenamento da Albufeira. A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) ainda não entregou o Plano de Ordenamento da Albufeira. O ICNF (colocar por extenso) ___ a próxima reunião do Conselho Estratégico do Baixo Sabor, estamos a falar daqui a cerca de três meses e se não avançar com o CÔA, como está no Plano de Ordenamento da Albufeira. Ela própria vai requerer junto dos serviços e fazer uma proposta



oficial. Ou seja, no início a APA era completamente contra qualquer tipo de atividade locomotora. Temos grandes dificuldades que concordem com o Plano do Ordenamento da Albufeira que os 4 municípios e a Associação de Municípios de Baixo Sabor entregaram. Tinha como principal característica que haveria em cada um dos municípios uma plataforma de apoio. Mas havia também uma forma de termos atividade estrutural qualificada. Criaram-se as chamadas Portas. Foi entregue esse plano estratégico. A EDP não se opõe. A EDP só tem a ver com as cotas para a Albufeira. É a única coisa em que a EDP está interessada, mas temos tido alguns problemas com a APA. Sobre o espólio do Baixo Sabor ficou definido pela Associação de Municípios do Baixo Sabor que seria gerido da seguinte forma: toda a parte do paleolítico seria do museu do Côa, tem capacidade e não há necessidade de abrir um novo museu. Essa foi a proposta da Direção Regional da Cultura do Norte. O outro acervo, a primeira situação era ser dividido por temas pelos 4 concelhos. Torre de Moncorvo escolheu a Idade do Ferro pois temos o uso do ferro. Entretanto Mogadouro não tinha onde guardar o espólio, Alfândega da Fé aceitou guardar o espólio juntamente com Moncorvo e conseguimos um espaço. Os peritos da Direção Regional da Cultura do Norte a pedir que todo o espaço, envolvente tivesse ar condicionado e uma série de coisas, nos fizemos isso. Mas à última da hora a Câmara Municipal de Alfândega da Fé veio a desistir, e Moncorvo tinha esta situação: ou ia para fora da região ou tínhamos de ser nos a assumir. E nos assumimos isso. Estamos a arranjar de duas salas para o espólio e para estudiosos poderem estudar junto à antiga escola primária, essa é a primeira parte e a outra onde funcionam as instalações do BES. Tivemos de juntar dois sítios. Resolvida esta questão, o espólio do Baixo Sabor vai ficar guardado aqui em Torre de Moncorvo.

Sobre o projeto “Os livros vão à escola”, consiste na ida de uma técnica do município e um animador às escolas. Para vos dar a conhecer em 30 de Abril de 2015 Cabanas de Baixo, dia 31 de Abril Cardanha, dia 22 no Carvalhal, Felgar no dia 23, Larinho dia 24, entre outros, portanto a própria Câmara leve os livros aos Centros Escolares que ainda existem. A recomendação feita pelo Sr. Deputado António Júlio Andrade da “Rota dos Judeus” Moncorvo e tem um projeto para o mês de junho, se conseguirmos que venha cá a Embaixadora de Israel. Fazer na casa onde será instalado o futuro Centro Interpretativo da “Herança Judaica em Torre de Moncorvo” uma semana dedicada aos estudos judaicos com uma série de escritores convidados, entre os quais, o Deputado António Júlio Andrade, para poder de alguma forma lançar essa recomendação que agora nos fez. Vai ser uma semana onde daremos lugar à gastronomia, aos diversos livros de autores moncorvenses sobre essa crença e está também claro a carta da cátedra da Universidade de Lisboa. Em princípio será só numa semana em junho. Estamos a acertar só a deslocação da senhora embaixadora. A dúvida do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, o contacto que nos temos é do Eng. Álvaro dos Santos

3
[Handwritten signature]

diretor técnico de produção. Não é fácil falar com ele. Sempre que temos alguma dúvida, tentamos sempre o Eng.º Álvaro dos Santos, efetivamente o sistema depois nos leva para uma serie de Eng. Mas contactamos a EDP Produção e o Eng. Álvaro dos Santos. Quanto à restante atividade está descrita no relatório e deixo à consideração dos senhores deputados.---

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o senhor deputado António Manuel Lopes.-----

-----**Deputado António Manuel Lopes:** Eu acho que a minha proposta não conflitua em nada com o que o Sr. Presidente referiu que se tem vindo a fazer. A proposta era no sentido de criar um espaço diferente, seria um espaço agradável de estar. E não era preciso um grande investimento. Penso que todas as juntas têm edifícios devolutos com 2 ou 3 estantes, mesas e cadeiras confortáveis.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Bom dia a todos. Na apreciação da atividade municipal tenho aqui algumas questões e queria perguntar ao senhor presidente: o estudo da genealogia do concelho trata-se de uma parceria? Qual os custos, quem se envolve neste trabalho? Pretendia saber também, se for possível, se já há custos imputados às referidas festividades, se na sua opinião tem valido a pena e se é para continuar em anos futuros? Neste ponto, vou-lhe dizer com toda a sinceridade e em meu entender, se houver controlo dos custos e continuar a ser bem planeadas é de se apostar, melhorando aqui e ali algumas situações. Ao Sr. Vice-Presidente, queria dizer-lhe que o seu relatório perdoe-me a expressão, ao ser analisado encontro um pouco massudo, com coisas que são residuais do dia-a-dia. Quanto a mim deverá especificar convenientemente o que é mais importante e relevante. A título meramente informativo quero-lhe dizer que na sede do concelho há vários pontos de luz que deveriam estar acessos e não estão. Por exemplo no viaduto e parque de estacionamento, por baixo do mesmo e noutros locais, merece uma posição junto da EDP pois acho que a Câmara municipal esta a pagar pontos de luz que não estão acessos. O viaduto tem 5 pontos de luz em que 4 estão apagados e apenas 1 acesso. Temos outra situação, no trânsito que me parece de fácil resolução. Quem entra na Rua Tomás Ribeiro pela Rua das Amoreiras, junto ao Portal Informativo, tem que se definir a prioridade. Porque ali quem se apresenta pela direita tem prioridade e quem transita na Rua Tomás Ribeiro, nunca para nem dá prioridade e no domingo houve ali chatices porque um individuo disse que se apresentou pela direita, não tem nenhum sinal e por isso você é que tem de parar, portanto é de estudar e melhorar a sinalização vertical. E já agora, perguntava-lhe se o trânsito na Rua Constantino Rei dos Floristas é para continuar cortado como está presentemente. À Vereadora Piedade, queria perguntar-lhe o que se passa com a qualidade da água, uma vez que ela nos diz no seu relatório que há



necessidade de uma contra análise. As contra análises fazem-se quando não há os valores corretos de vigilância e controle. A vigilância compete à Delegação de Saúde através dos técnicos dos Laboratórios de Saúde Pública e o controle compete a empresa que fica com o controle da água. Portanto, queria perguntar como esta a qualidade da água. Será que os resultados não coincidem com os do Laboratório de Saúde pública? Outro assunto que ela e eu penso que aqui esta mal é o seguinte: "Ações de Sensibilização no Âmbito do Combate Contra Incêndios", eu acho que ele aqui teria que dizer "Ações de Sensibilização no Âmbito da Defesa da Floresta". Os contra- incêndios no combate é por técnicos de Proteção Civil, Bombeiros, por tudo isso que devem fazer essas ações. Agora, fala-se do combate a incêndios não é assim, parece-me que ela devia ter falado em defesa das florestas, como são feitas e com quem? Uma coisa não tem nada a ver com outra. Temos um Gabinete Florestal na Câmara Municipal e deve ter condições para fazer estas fiscalizações.-----

-----**Deputado José Manuel Moreiras:** Bom dia a todos. Como é do conhecimento do executivo volto a falar das placas da rotunda __ . Na semana passada estive a falar com o Eng.º __ e disse-me que essas placas foram aprovadas pelas Estradas de Portugal e pela Câmara. Conta lá apenas as placas de __ e Adeganha. Várias pessoas chegam ali, não encontram o nome da aldeia, passam a rotunda e voltam para a terra. Gostava que resolvesse essa situação. Gostava de ver lá as placas com o nome das 4 aldeias. Relativamente ao campo gimnodesportivo, vai ficar para a Associação de Municípios e eu gostava de saber porque vai ficar para a associação de municípios e não para a união de freguesias uma vez que esta nessa área.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente à questão das placas é normal que queríamos ver o nome da nossa terra e da nossa aldeia e ajuda muito quando viajamos e quando nos vêm visitar.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Eu também queria falar dos sinais de trânsito, pois eles são feitos para facilitar o trânsito e não para o complicar. Naquele parque de estacionamento que há ali na rua Vasco da Gama, o antigo lagar de azeite, costumam estacionar as viaturas as pessoas que vêm das aldeias do lado de lá, outros os moradores daquela parte da Vila. Ao sair do parque esta uma placa a dizer que é proibido voltar à esquerda. Ora, voltar à esquerda ou à direita ao entrar na rua penso que será indiferente, portanto aquela placa ali não tem razão de ser, antes vem complicar o trânsito, porquê? Porque se eu virar logo à esquerda vou para casa descansadinho, ando 200 metros mas se me obrigam a virar à direita já tenho de vir virar à rua Vasco da Gama onde existem problemas de

trânsito ou vir à Praça e depois andar 1Km em vez de 200 metros. Acho que deviam ver isso e ter cuidado ao colocar assim essas placas. Mais uma vez, eu não percebo porque havemos de ter a poluir aquelas máquinas que só na praça são 7 “Parque Pago” que não servem para nada, ai pela Vila há 4 ou 5 máquinas de tirar senhas de “Parque Pago”, não servem para nada e gostava de saber porque estão ali. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente pode esclarecer os assuntos abordados.-----

-----**Presidente da Câmara:** Sobre o estudo da Genealogia, há um protocolo que estamos a negociar ainda com a Universidade do Minho. É um protocolo que não tem custos para a Autarquia que a Universidade do Minho disponibiliza? Disponibiliza a formação ao pessoal da Biblioteca para poderem trabalhar numa plataforma que a Universidade do Minho desenvolve para estudarmos, por exemplo, os arquivos paroquiais dos nascimentos, das mortes, ou seja, para fazermos um grande livro de Genealogia a nível nacional. Porque Moncorvo entrou juntamente com Bragança? Por uma razão, é que muito do que já estava digitalizado no arquivo paroquial de Bragança eram de Moncorvo. E já temos essa facilidade. Por outro lado, temos também digitalizado na nossa biblioteca todos os arquivos paroquiais. Entretanto tenho conhecimento que, à partida Freixo de Espada – à – Cinta também iniciou esse projeto e Alfandega da Fé. Neste momento estamos a ver onde vamos começar. O ano em que vamos começar é fundamental. A contra partida da Universidade do Minho é que uma família que queira fazer a genealogia não pode ter acesso aos documentos diretamente, tem de ser através de uma base de dados da Universidade do Minho. Se quisermos ter um livro oficial sobre aquela genealogia, tem de se ir à Universidade do Minho. É só esse o custo, não há mais custo nenhum. Sobre a Feira Medieval, já disse isto uma série de vezes, são 50.000,00 euros. Relativamente aos pontos de luz, tem razão. Na sexta-feira saímos daqui eram 20h30 da noite com o Eng.º Jorge Batista, responsável pela área de Bragança. O contrato que tínhamos acabou e agora houve necessidade de contratar uma nova empresa mas enquanto uns não saírem, os outros também não começam. Nessa reunião foi-nos proposta a alteração de algumas lâmpadas para leds. Existiria um protocolo que seria deste género: o montante correspondente à poupança era o montante que se pagava em substituição de lâmpadas, ou seja, a empresa fazia aqui por exemplo 70.000,00€ de investimento na mudança, isto no concelho, e a partir dos 70.000,00€ supunham que nós tínhamos uma redução de 1500,00€ por mês na fatura, ____, medidas compensatórias. Relativamente ao encerramento ao trânsito da rua Constantino Rei dos Floristas, foi deliberado por unanimidade do executivo que fosse fechada. Quanto à qualidade da água, eu não posso falar porque não tenho conhecimento mas o relatório que foi apresentado à Câmara Municipal é que a qualidade da água de Torre de



Moncorvo é boa, por isso estamos salvaguardados. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Presidente da União de Freguesias Adeganha Cardanha da sinalização do cruzamento eu próprio já levantei esse problema várias vezes junto da EDP. A EDP diz que a questão da sinalização é da competência das Estradas de Portugal e já me garantiu que iam coloca-las. Quanto ao campo era para ser limpo. Entretanto chegou-se a acordo com a EDP e a CCDDRn para o manter. Ficou a Associação de Municípios a entidade interlocutora porque tem capacidade financeira para o manter em funcionamento. A União de Freguesias não tem capacidade financeira para o suportar em funcionamento. -----

-----**Vereador Victor Manuel Silva Moreira:** É só para referir que nunca existiu e estamos em fase de constituição de uma Comissão Municipal de Trânsito. Após constituição dessa Comissão Municipal de Trânsito vamos fazer um Regulamento de Trânsito e de Estacionamento. Neste momento não existe nada que defina o trânsito.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Discordo plenamente do que disse o Sr. Vice-Presidente. Está aprovado um Regulamento. Esse Regulamento tem validade a nível legal, perante o tribunal. Assim a alteração da rua teria de vir à Assembleia Municipal. Teria porque há um Regulamento feito por mim enquanto estive na Câmara Municipal em que definia todo o trânsito aqui em Moncorvo. Esse Regulamento está desatualizada e há necessidade de revermos os sinais e outras ações e com isso estou de acordo, mas que existe isso existe. Eu tenho um livro desse Regulamento em casa, que foi aprovado em Assembleia Municipal e tem que validade.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Deputado José Manuel Moreiras tem a palavra.-----

-----**Deputado José Manuel Moreiras:** Relativamente às placas, eu na semana passada falei com o Eng.º Pedro Couto e ele disse-me que não ia alterar nada. É assim, quem está à frente da Freguesia é que ouve todos os dias as queixas do povo. Eu queria que essa situação se resolvesse e gostava de ter o apoio do município. Já contactei as Estradas de Portugal e dizem que isso é da responsabilidade da EDP. Eu gostava de ter o apoio do Município para se resolver este assunto. -----

----- **Vereador Victor Manuel Silva Moreira:** Não pode dizer que havia um Regulamento deputado António Salema. ___ E ai sim ___. Não existe. Existe com certeza alguma coisa que ainda perdura mas à Lei de hoje não está em vigor. Em relação à Adeganha e à Cardanha, nas diversas reuniões que tivemos _____.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **tomou conhecimento da informação escrita do Presidente da Câmara sobre a recente atividade municipal e financeira do Município.**-----

PONTO 2 — PLANO INTERMUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALTO DOURO VINHATEIRO (PIOTADV) .-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema** (PS); **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS) e **António Júlio Andrade** (PS); -----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Este plano vai Regularizar todo o território que está integrado na região do Alto Douro Vinhateiro, nomeadamente o Alto Douro Vinhateiro strito senso bem como o ___ e as ___. Ora bem, Moncorvo não é só Moncorvo, vai ter aqui de alguma forma problemas pois toda a zona do concelho está integrado numa zona especial de proteção. Posso dizer-lhes que nós e Carrazeda de Ansiães levamos junto da Comissão ___ a possibilidade de a zona de proteção ser estudada ___. Nomeadamente não vemos qualquer necessidade no muro de xisto que tem de ser aqui construído, pois vai ter de ter a assinatura e estas são as regras que a UNESCO ditou para continuarmos a ser considerado património ___. ___ Que tipo de fiscalização é que tem de ser feito? Qual o técnico responsável por essa fiscalização? Tem de se pedir parecer à Direção Regional da Cultura do Norte e assinatura ___. Aqui deixo à consciência de cada um. O Alto Douro Vinhateiro é bom para Torre de Moncorvo? É bom para o Douro? Traz turistas? Traz retorno? Isto é a consciência de cada um. O que trago aqui não é mais do que a regulamentação das plantações. _____.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Penso que é de se manter. Acho que vamos ouvindo gente a falar Alemão, Inglês e outras línguas em Moncorvo porque o Douro Vinhateiro e o Douro despertam interesse e as pessoas com facilidade chegam ao Pocinho e a Moncorvo. Portanto eu considero que devemos apostar no Douro e conservá-lo da melhor maneira possível. Eu acho que devemos apostar no Douro para que o Concelho de Torre de Moncorvo se envolva em termos turísticos. -----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Subscrevo tudo o que o Deputado António Salema disse e acrescento que o vinho não é só um atrigo, é uma cultura. Se queremos preservar essa

cultura, temos de preservar ao máximo o espaço que a envolve. A mim custa-me muito, sou de Moncorvo, sou proprietário da zona e se quiser fazer alguma coisa sei que vou ter problemas mas digamos, é um mal necessário para promover e divulgar a região do Douro e a Cultura do vinho. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Senhor Presidente, este plano vai aplicar-se a todo o concelho de Moncorvo? Então o Larinho, Felgar, Carviçais, Mós, vão ficar com todos esses impedimentos e não tem benefícios nenhuns. Porque é que não havemos de ter benefícios e só prejuízos. É que é muito fácil a um agricultor do Peredo dos Castelhanos que tem uma vinha em Felgueiras transferi-la para lá e tirar dai os benefícios mas se eu quiser fazer uma parede numa propriedade em Felgueiras já não posso. Isso é terrível. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu percebo a sua questão. Por isso é que eu comecei por dizer que devíamos ter este plano que o Sr. Ministro nos enviou ___ e não abranger as mesmas especificidades __ Isto aqui é uma promessa. É uma promessa do Secretário de Estado e do Diretor Regional da Cultura do Norte que dentro em breve irão apresentar uma proposta das áreas que serão necessárias porque já tivemos várias. Tivemos 50 metros e já estava bom. Tivemos depois a possibilidade de só daqueles que estão junto ao Douro e na zona de proteção do Douro e seria só __. Agora vamos trabalhar de forma a ver se conseguimos que esses problemas sejam resolvidos.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Os regulamentos preveem isso e portanto o que é importante é levantar os problemas. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do Decreto – Lei n.º380/99, de 22 de setembro, deliberou por maioria, com vinte e dois votos a favor e quatro abstenções aprovar o “**Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV)**”.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

PONTO 3 — PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2014 QUE INTEGRA O RELATÓRIO DE GESTÃO, O RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA E O RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.

Handwritten signature in blue ink.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema** (PS), **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS), **António Júlio Andrade** (PS) e **Luís Miguel Meneses Macedo** (Coligação PSD/CDS); **Andreia e Vereador Victor Manuel Silva Moreira** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Este é o documento que __ execução orçamental do município. É a primeira vez que é feito por uma entidade externa, por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Eu penso que os senhores deputados tiveram a oportunidade de analisar todo o relatório. É um documento técnico e por isso eu pedi à Dra. Andreia para estar aqui, para esclarecer toda e qualquer dúvida que tenham mas gostava de realçar 2 ou 3 situações:

1.º Em relação ao exercício de 2013, o município registou um aumento de 61 __. Relativamente aos custos verifica-se a diminuição de __ de 176. __ ou seja verifica-se uma evolução favorável da quota de exploração __ resultado liquido __ em 2 milhões __. Apesar disso, __ os custos com o pessoal, com a diminuição de 187 __. Gostaria também de dar aqui uma breve explicação sobre este aumento __. Toda esta situação __ com aquilo que nós vos apresentamos com o início do mandato e que tem a ver com algumas das situações que nós assumimos, como devendo pagar, devendo assumir. E foi por isso que retirando 65.000,00€ que já foi com esta câmara, 65.000,00€ para a Santa Casa da Misericórdia, no âmbito do projeto “__” mas a parceria município de Torre de Moncorvo e Santa Casa da Misericórdia de Torre de Moncorvo em que a EDP transferiu para o município __. Quando apresentamos o plano o ano passado e dissemos que havia ali um protocolo e que podia ir até aos 90.000,00€ com a Santa Casa, quero-vos dizer que a EDP financiou em 81.000,00€ e só __ 65.000,00€ é ai que se reflete também este aumento. Tudo o resto __ e esta assembleia __ se devíamos ou não assumir faturas que não tinham compromissos e cabimentos __, uns para o Ministério Público e outros para a Direção Geral das Finanças e o executivo decidiu __. E portanto, este acréscimo é de compromissos de 2013. E eu posso-vos dizer que quando nos chamam de festeiros, quando dizem que gastamos mais do que devemos, é engraçado porque o aval do ROC (Revisor Oficial de Contas), diz que onde se poupou foi na atribuição de subsídios a associações e nestes programas de festas. Não se faz uma festa que não houvesse, faz-se é de outra forma, englobando as associações. Estão aqui alguns membros que sempre estiveram em associações, nós aplicamos aqui um principio “não damos o peixe, damos é a cana para saberem pescar”. Eu não sei quanto é que as Associações tiveram em termos de lucro ou de prejuízo nas tendas que tiveram ao seu dispor na Feira Medieval, sei é que com isso retiramos grande parte de subsídios do Orçamento. Portanto, são estes os números que temos para vos apresentar. __ porque __ entidade externa. Não estão em causa os Serviços da Divisão Administrativa e Financeira. Os serviços da Divisão Administrativa e Financeira têm sido excelentes. Têm sido um apoio incrível para este Executivo mas também vejo esta



possibilidade de termos uma entidade externa que entra no sistema sem ter de nos pedir autorização __. Na situação do município como puderam ver pela situação financeira do município, se tivéssemos neste momento o pagamento das verbas QREN, FEDER, PRODER, conseguíamos estar aqui com uma dívida de cerca de 13 milhões (383.992?), sendo que a dívida a fornecedores, empreiteiros e bancos ronda neste momento 15 milhões __. Portanto, penso que estamos num bom caminho e que dentro em breve podemos estar dentro daquilo que nós consideramos ser essencial para o bom funcionamento deste município, é estar dentro do limite do __. -----

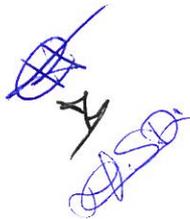
-----**O Presidente de Mesa:** Só queria fazer 2 comentários muito rápidos. Gostaria de o ver falar de problemas de futuro porque aquilo que me parece que o Revisor Oficial de Contas mais alerta é para o facto da deficiente contabilidade analítica. Suponho que haverá já um processo próprio, é urgente que essa contabilidade seja implementada. Não que esta coloque em causa as contas gerais da instituição mas a contabilidade analítica é mais importante para os deputados, pois com ela poderá perceber-se onde efetivamente os vários recursos são gastos. Também imagino que a questão do controlo das existências, será um assunto que o senhor presidente nos esclarecerá. Senhor deputado Salema faça favor. -----

-----**Deputado António Alves Salema:** Aqui nas primeiras páginas de 2015 existem dívidas de instituições bancárias, as contra dívidas e então não há através da QREN __ que se vão fazer dá-me a sensação que estas 2 folhas estão aqui a mais, estão aqui fora de contexto. Não percebi bem se há mais receitas ou não do QREN e do PCA sem serem estas. Os Relatórios que fazem parte deste documento são: o relatório de gestão, relatório anual de auditoria externa e o relatório anual de execução do plano de saneamento financeiro. Senhor Presidente, caros colegas, os documentos em análise dos 3 relatórios são todos de carácter técnico e neste sentido eu divido-os em duas partes, a parte técnica e a parte política. Os técnicos trabalhados por funcionários e técnicos oficiais de contas, deixam-me mais descansado ou menos descansado quanto aos seus conteúdos, através da execução dos números, inscritos nas diversas rubricas e análise de todos os movimentos contabilísticos efetuados no ano de 2014. E aqui, pelo que eu pude observar, existem várias observações que urge corrigir no futuro, mas num modo geral as movimentações e os números inscritos nas diversas rubricas estão certos e com alguma garantia e fiabilidade. A execução orçamental está escrita e eu penso que está certa, a receita rondou 82,64%, a despesa 87,87%. Se estes valores estão certos, acho que é razoável a execução. Se a Sociedade dos Revisores Oficiais de Contas nas suas conclusões finais diz que não foram detetadas quaisquer irregularidades que ponham em causa o cumprimento da legalidade o principal documento contas de gerência, eu penso que esta merece voto favorável para a sua aprovação. Quanto ao aspeto político observamos uma crispação de ambas as partes, poder e oposição pois nas declarações de

voto, no meu entender, é um pouco excessiva a forma como se vêm os problemas. Em minha opinião o trabalho desenvolvido do ano de 2014 e é esse que está a ser analisado, deve ser de uma forma correta, verdadeira e esclarecedora para que ano após ano se avalie o que se fez e o que não se fez com a avaliação dos programas sufragados pelos eleitores. Eu penso que nós estamos aqui a dizer que a dívida era esta e não era aquela, porque não está contabilizado isto, eu penso que passado um ano e meio devemos dizer: pagamos?, estamos a resolver as situações?, e era mau se não houvesse dívida, porque é que há dívida? Porque neste concelho queiramos ou não ficou uma marca do partido socialista, fez-se muita coisa, e podem dizer: "poderá, mas a dívida era grande", mas fez-se muita coisa, muita coisa mal também mas quem não erra? Porque se fez muito trabalho. E as obras principais estão feitas. É tempo de olharmos para outra maneira de viver no nosso concelho. É tempo de darmos à juventude a palavra porque as tecnologias, as máquinas, e essas coisas, evoluíram de tal maneira que nós se calhar já não acompanhamos essas situações. O Sr. Presidente e o executivo têm de ter projetos para o futuro e não estar a pensar no que está para trás. Porque o que foi feito está feito, muita coisa bem-feita. Existem tantos municípios com uma situação financeira bem pior do que a nossa e lá estão a trabalhar, e lá estão a combater e nós temos também de combater. A juventude principalmente não nos perdoa se não houver uma política a pensar no futuro.-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Eu concordo em grande parte com o que o deputado António Salema disse. Vou-me basear também no relatório dos Revisores Oficiais de Contas. Tenho a sublinhar, além da execução, a retenção face ao orçamentado de 1 milhão de euros nas despesas de capital. Estas despesas de capital tem a ver com a obra que foi feita anteriormente. Essa obra, ao não ser sustentável condiciona o futuro. Ou seja, é olhando para trás que aprendemos que há obras que não devemos fazer se não queremos que os jovens tenham o futuro condicionado devido a essa sustentabilidade. Por isso sublinho esta dimensão das despesas de capital. Ainda relativamente à parte política do executivo, a meu ver é bom é a democracia. Quanto ao tom deixo ao critério de cada um dos que lá está.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Estamos a programar esse momento que o sr. Deputado António Salema disse, que é projetar no futuro. Não se podia continuar sem saber por exemplo quantos metros cúbicos temos no estaleiro, o que faz falta hoje no estaleiro e não se saber responder. Isto é uma questão que em vez de passar pelo estaleiro muitas vezes os fornecimentos eram feitos em obra. Isto não é uma forma de controlar os custos, isto é uma forma de não saber os custos. Portanto, o que nós estamos a fazer neste momento, e eu gostaria muito que estivesse implementado até setembro que é o património. Tenham só esta noção, nós devemos ter cerca de 6 a 7 milhões de euros no passivo, porque efetivamente nós não sabemos desde 2002 quantas obras é que foram financiadas e qual é a __ utilização __ do



montante que recebemos. Não sabemos. Por exemplo, a Ecopista. Ninguém põe em causa que é um investimento de infraestruturas mas a 2.ª fase que nos custou 1 milhão e 200 mil está toda em 1 milhão e 200 mil a título de passivo na própria câmara. Ora, a Divisão Técnica também tem de ter esta capacidade que é fornecer à Contabilidade todos os projetos que forem financiados e que estejam já entregues. Porque só assim é que se consegue saber o que se fez, quanto é que se gastou, o que é que fomos buscar, etc...-----

Eu percebo que no município de Torre de Moncorvo habituado e eu não estou a dizer bem ou mal, habituado sempre às mesmas rotinas laborais, é complicado hoje chegar uma fatura e não ficar à espera. Deu entrada, vi-a, informava. Não dá para fazermos aqui outras formas. Mas se queremos ter um município com transparência e que seja cumpridor, temos de implementar estas medidas e digo-vos que é complicado. Aquilo que está ali no Balcão Único é apenas a face visível, mas vai ser muito mais. Estamos a chegar ao pormenor de saber se sai um parafuso ou entra um parafuso do Estaleiro. Não há aquisição de material sem primeiro haver uma requisição, é desta forma que queremos controlar. Mas deixem-me dizer que ___. Mas se eu tenho um orçamento__ eminência de pedir à DGAL por excesso de passivo, eu não tenho futuro para dar às pessoas. Se eu quero fazer um projeto que eu antes fazia, em que eu tenho de ter uma série de pareceres e não só do Tribunal de Contas (eu não passo faturas?). Agora não me peçam é a mim para fazer ai uma obra megalómana ou o que quer que fosse para dar nas vistas e não a pagar, porque então continuamos com a mesma coisa, quem é o proprietário da obra? É aquele que a manda fazer ou o proprietário? São estas situações que não podemos ter mais e é obvio que eu reconheço o salto qualitativo que Moncorvo teve em 30 anos do Partido Socialista. Todos os que passaram por cá com certeza que deram o seu melhor, mas houve erros que não foi nem 1 nem 2 por ano, foram consecutivamente ao longo dos anos e esses é que não podemos aceitar e eu dou-vos só este exemplo, em termos da evolução da dívida, em 2007 estávamos em cerca de 11 milhões de euros, no ano de 2010 passou para 14 milhões de euros, no ano de 2011 era 18 milhões de euros, no ano de 2012 17 milhões __, no ano de 2013 era de 16 milhões __ e no ano de 2014 era de 14 milhões e 300 mil euros. Ou seja, a partir do momento em que iniciamos houve aqui uma pressão no montante do excesso de 776 mil __ para 2 milhões e 145 mil euros, isto, fruto do trabalho de todos, do executivo, dos funcionários, dos operadores que estão connosco nas juntas de freguesia. Agora, é preciso é sabermos projetar esta política para o futuro e só projetamos se soubermos o dinheiro que entra e o dinheiro que sai e o dinheiro que entra tem de ser superior àquele que sai. Porque isso é a forma que temos, de calcular o futuro dos mais jovens mas também a providenciar o presente dos mais idosos porque isso também não podemos esquecer.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor senhor deputado António Júlio Andrade.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Certamente que as contas estão bem-feitas, agora como os governos fazem organizar a contabilidade, já não sei ler estas contas. Não sei se as despesas de funcionamento da Câmara aumentam ou se diminuem, se as despesas com o pessoal aumentam ou diminuem. Por exemplo, eu não sei consultar, e eu gostava que me indicassem como posso ver a rubrica por onde se pagam os vencimentos da Dr.^a Lúcia Pissarro, por exemplo, e outros mais. -----

-----**Deputado António Alves Salema:** Queria responder ao Senhor deputado Luís, quando pergunta quais as obras realizadas anteriormente e ao afirmar que algumas eram megalómanas e depois é difícil suportá-las. Senhor deputado municipal, ao longo de vários mandatos houve um pensamento, uma orientação e uma visão de futuro aproveitando-se e bem nos fundos comunitários. Investiu-se em Saneamento Básico, Rede Viária, Cultura, Turismo, Educação, Rede Social, Natureza, Recursos. Penso que o que se fez eram obras essenciais e não obras megalómanas aqui de milhões, há um ou outro caso, não tem piscina coberta, se podia ser ou não mais pequena, isso podia ser discutido mas agora as obras que estão neste concelho feitas, por exemplo, o calcetamento de todo o concelho, tudo isso foi feito porque era imprescindível para aumentar o desenvolvimento, portanto eu não acho que existiram obras que não se deviam fazer. Sr. Presidente, neste concelho há futuro, o senhor sabe muito bem. É jovem, não tem a minha idade, por isso eu acho que tem todas as condições para que Moncorvo tenha futuro. E para que possa pensar em projetos de futuro, tem de ter gente capaz de o ajudar a pensar, a executar as suas ideias na Câmara Municipal. Nós temos na Câmara Municipal muito boa gente que o vai ajudar, tenta ajudar e o tem ajudado e para que não haja desculpas de não pensarmos no futuro e o futuro tem de aparecer e é com esses jovens, é com essa gente, é com vocês, connosco e com Moncorvo.-----

-----**Deputado Luís Miguel Meneses Macedo:** Sobre a questão do deputado Salema falar que o Sr. Presidente é jovem, já não tem a idade do Sr. Deputado e temos de pensar no futuro. A nível de gastos _____. Na altura havia dinheiro e investia-se, não se pensava no futuro e nos jovens. _____. A Câmara Municipal era a maior entidade de empregabilidade de Moncorvo, todos os dias aparecia funcionários novos _____. -----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** É só para responder ao deputado Salema, claro que todas as obras são boas, o problema é a sustentabilidade delas. Se calhar o “timing” não



foi o mais correto, talvez mais tarde, até termos, por exemplo, juros mais baixos, ou seja, Planear e Projetar no futuro e não fazer por fazer.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu pedia à Dr.^a Andreia Bento que respondesse às questões colocadas.-----

-----**Técnica Superior Andreia Bento:** Respondendo ali ao deputado António Júlio, na conta de gerência não há um mapa que diga respeito ao vencimento de cada funcionário, há um controlo orçamental da despesa que toda a gente tem na conta de gerência e está subdividido por rubricas. Ali no caso da Dr.^a Lúcia Pissarro está a ser paga pela rubrica 010109 que é onde se enquadra. As despesas com o pessoal no classificador orçamental subdividem-se em pessoal do quadro, pessoal contratado, entre outros. Na despesa paga tem tudo o que se pagou por rubrica aos funcionários.-----

-----**Vereador Victor Manuel Silva Moreira:** A Dr.^a Lúcia Pissarro está a ser paga através do estágio profissional que está a realizar.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Bom, é exatamente por isso que às tantas não sei se as pessoas são ou não funcionários da câmara. Se estão sujeitos ao regulamento da Câmara. Dizem que existem funcionários da Câmara que são pagos por Associações Particulares ou por Juntas de Freguesia, são contratados pelas próprias juntas para trabalhar na Câmara e se é assim, eu não percebo.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Senhor Deputado, a questão é que eu não sei quem o informa disso. A partir do momento em que um estagiário vem fazer estágio está vinculado ao Regulamento Interno da Câmara, tem de ser tratado como alguém que presta um serviço à Câmara, que é o caso da Dr.^a Lúcia Pissarro, mas há mais. Quanto às outras situações basta ir a onde está o quadro do pessoal e tem lá 2 divisões, uma que é pessoal contratado e pessoal em outra situação. É isto, só. Por isso é que eu disse que se havia um relatório feito pela Câmara alguém podia ficar com o pé atrás, agora é um relatório feito por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. E se não quiserem ler tudo, podem ir ver as conclusões e ver que onde houve redução da despesa foi com o pessoal.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado Sr. Presidente, tem razão que todas essas informações vêm no relatório dos Revisores Oficiais de Contas. Mas também estou convencido

que a adoção da contabilidade analítica vai permitir melhorar o entendimento sobre a gestão orçamental do município.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com vinte e três votos a favor e três abstenções dos deputados *Magali Isabel Sebastião Amador (PS)*, *António Júlio Andrade (PS)* e *António Manuel Lopes (PS)* aprovar a “**Prestação de Contas do ano de 2014 que integra o Relatório de Gestão, o Relatório Anual de Auditoria Externa e o Relatório Anual de Execução do Plano de Saneamento Financeiro**”.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

PONTO 4 — 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO.

----- Não houve intervenções.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Conforme podem ver aí na proposta na 2.ª revisão ao orçamento ____, porque se bem se recordam, nós aprovamos o orçamento até 31 de outubro mas o ano civil vai até 31 de dezembro. ___ e daí a necessidade de uma revisão.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção da *deputada Magali Isabel Sebastião Amador (PS)* aprovar a “**2.ª Revisão ao Orçamento**”.-----

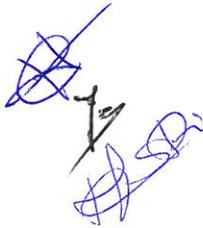
-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

PONTO 5 — CORREÇÃO À 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.

----- Não houve intervenções.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Também é uma necessidade técnica. Como podem comprovar nas __ orçamento apareceu como desequilibrado, e isto tem a ver com um simples erro, em vez de se subtraírem 600 euros somaram-se. Esta é a correção só no plano __ municipal de 2015. É só correção.-----



-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções dos deputados *Magali Isabel Sebastião Amador (PS)* e *António Júlio Andrade (PS)* aprovar a “**Correção à 1.ª Revisão do Orçamento da Receita, da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos**”.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Inscreveu-se para intervir o Senhor Paulo Jaloto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Paulo Jaloto tem a palavra.-----

-----**Sr. Paulo Jaloto:** Muito bom dia a todos. Sobre a sua proposta da alteração do período de intervenção do público não me compete a mim, mas desde já agradeço a sua proposta. Eu não sei como estas coisas se tratam, eu optei por escrever para depois entregar à mesa. Assim: “ Exmos senhores, Presidente da Assembleia Municipal, Do Executivo Camarário, Deputados da Assembleia, Senhoras e Senhores presentes, no dia 29 do mês de Agosto de 2014 reuniu nesta Câmara Municipal o executivo da mesma, para deliberar entre outros pontos uma taxa de DERRAMA de 1.5% sobre os lucros tributáveis, conforme ata nº19 de Agosto de 2014. Sobre este Assunto gostaria de expor o seguinte: Após leitura da mesma ata e de ter tomado conhecimento da decisão Camarária e Aduaneira, onde são indicados os Municípios que lançaram a referida taxa. (DOC nº1) que se anexa. Na continuação da pesquisa e análise sobre o assunto, encontramos a notícia que se anexa como (doc nº2) do jornal de negócios datado do dia 7 de Abril de 2015. Ora como empresário que sou, tenho a consciência que antes de toma uma decisão devo fazer um estudo ou levantamento e analisar os prós e contras que esta minha decisão terá após a sua implementação. Visto ser uma decisão financeira devo ter em conta entre outros parâmetros, quais os valores que vou incrementar e o que vou fazer com os mesmos ou quais os problemas que poderei resolver com a implementação da medida. Ora, esta decisão Camarária não deixa de ser irónica, não se entendendo o Motivo, e o timing, senão vejamos: Diz o Jornal de negócios (Doc. 2) anexo, “Câmaras que dão isenção de derrama às PME sobem em 14% “. Ora uma Câmara que em muitos anos não aplicou esta taxa, com certeza pelos motivos a que todos são compreensíveis, agora que estamos numa

crise nunca vista e onde as suas congéneres isentam a nossa, aplica. Também, não deixa de ser irónico que, conforme a mesma notícia e conforme é público o governo tenha previsto acabar com esta taxa até 2018 e que nós sejamos afetados com esta implementação. Mas qual a importância para o Município e para quem a paga? Para o Município é nula, pois os valores daí produzidos não chegarão a 1 % do orçamento. Após análise realizada a variados Municípios chega-se a conclusão que Municípios como por exemplo o do Seixal que tem mais 19 vezes a nossa população e está localizado numa zona mais empresarial do que a nossa tem o valor de 1 milhão de euros em taxa de derrama, 1% do orçamento. Numa análise rápida conclui-se que se dividirmos 1 milhão de euros por 19 teremos um valor de receita na ordem dos 50 mil euros. O que em termos municipais não é nada mas em termos empresariais e com a crise em que se vive, para as empresas é muito. Não chegando a este valor, sequer para pagar uma festa ou romaria. No entanto gostaria de analisar o ofício da Autoridade Aduaneira (Anexo doc nº1). Ao analisar este documento vimos que, conforme é sabido que muitas das Câmaras que aplicavam a taxa de derrama, passaram a isentar, sendo estas isenções viradas para a criação de emprego e novas empresas que venham a instalar-se nos concelhos. Algumas isenções estão nomeadas por CAE-Códigos de atividade. Todas as isenções que estão nomeadas por CAE referem-se aos CAE: 471 COMÉRCIO A RETALHO EM ESTABELECIMENTOS NÃO ESPECIALIZADOS; 4711 COMÉRCIO A RETALHO EM ESTABELECIMENTOS NÃO ESPECIALIZADOS, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, BEBIDAS E TABACO; 472 COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS ALIMENTARES, BEBIDAS E TABACO, EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS; 4721 COMÉRCIO A RETALHO DE FRUTAS E PRODUTOS HORTÍCULAS, EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS; 474 COMÉRCIO A RETALHO DE EQUIPAMENTOS DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC), EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS; 475 COMÉRCIO A RETALHO DE OUTRO EQUIPAMENTO PARA USO DOMÉSTICO, EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS; 4751 COMÉRCIO A RETALHO DE TÊXTEIS, EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS; 476 COMÉRCIO A RETALHO DE BENS CULTURAIS E RECREATIVOS, EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS; 4761 COMÉRCIO A RETALHO DE LIVROS, EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS; 477 COMÉRCIO A RETALHO DE OUTROS PRODUTOS, EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS; 4771 COMÉRCIO A RETALHO DE VESTUÁRIO, EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS; 478 COMÉRCIO A RETALHO EM BANCAS, FEIRAS E UNIDADES MÓVEIS DE VENDA; 479 COMÉRCIO A RETALHO NÃO EFECTUADO EM ESTABELECIMENTOS, BANCAS, FEIRAS OU UNIDADES MÓVEIS DE VENDA; 561 RESTAURANTES (INCLUI ACTIVIDADES DE ESTAURAÇÃO EM MEIOS MÓVEIS); 562 FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA EVENTOS E OUTRAS



ACTIVIDADES DE SERVIÇO DE REFEIÇÕES; 563 ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS. Ora o que não se entende é como a nossa Câmara que, repito durante anos não aplicou tal taxa, o venha a fazer num tempo de crise. Que o venha a fazer quando muitas das congéneres, pela razão desta crise estejam a optar pela isenção. E o que esteja a fazer precisamente quando o governo prevê o fim da mesma até 2018. Não bastando isso ao invés de copiar pelo menos, o que de positivo tem esta taxa em termos de isenções, venha a optar por isentar uma serie de CAE que mais não é, aquilo que penso, mas não o digo. Ou seja isentar CAE como: 0812 EXTRACÇÃO DE SAIBRO, AREIA E PEDRA BRITADA; EXTRACÇÃO DE ARGILAS E CAULINO; 08121 EXTRACÇÃO DE SAIBRO, AREIA E PEDRA BRITADA; 1041 PRODUÇÃO E ÓLEOS E GORDURAS; 10411 PRODUÇÃO DE ÓLEOS E GORDURAS ANIMAIS BRUTOS; 10412 PRODUÇÃO DE AZEITE; 1071 PANIFICAÇÃO E PASTELARIA; 1102 INDÚSTRIA DO VINHO; 11021 PRODUÇÃO DE VINHOS COMUNS E LICOROSOS; 3101 FRABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO E COMÉRCIO; 3102 FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE COZINHA; 3109 FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA OUTROS FINS. Esperando de um executivo uma boa gestão com total transparência aguardo como Município, que esta assembleia através do executivo camarário me responda com total transparência ás seguintes questões: 1 - Qual o Motivo que levou a implementar tal medida?; 2 – Que estudo/levantamento se fez sobre a implementação desta medida? Causa efeito.; 3 –Quais os objetivos da medida?; 4- Quais os valores que estão em causa? Receita esperada e finalidade desta receita?; 5 – Quantas empresas são visadas?; 6 – O porquê de não seguir o exemplo das isenções para os CAE que a maioria das congéneres decidiu? 471 a 479, 561 e 563; 7 – Quais as empresas que estão abrangidas pelos CAE, que o Município isenta, seus proprietários, motivos de isenção, (postos de trabalho criados pelas mesmas nos últimos dois anos), criação de valor liquido, para existir tal isenção; 8 – Qual o verdadeiro conhecimento que esta Assembleia teve e tem sobre este assunto?; 9 – Sabe por ventura esta assembleia o que votou?; 10 – Sabe esta assembleia quais as empresas que ficam isentas desta medida, o porquê desta isenção? E as verdadeiras razões que levam um executivo Camarário a isentar estas e não outras empresas?. Aguardando maior interesse do Concelhio pelas referidas respostas por escrito. Termino agradecendo a esta digna Assembleia, entregando uma cópia aos membros da mesma – PSD/CDS e PS, bem como uma cópia ao presidente da mesma pedindo desde já que este documento seja anexado á ata como fazendo parte integrante da mesma. Muito obrigado.”-----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu queria responder que quer o Executivo quer a Assembleia Municipal, quando votam o que quer que seja têm consciência do que votam. Nós não somos moinhos de vento que agimos conforme nos convém, sabemos o que fazemos. Empresas que

chegam a um valor superior a 150.000,00€ tributáveis são 40 com um valor tributável de 1 milhão 852.161.03. As empresas com volumes de negócios inferiores a 150.000,00€ são 63 com o valor do lucro tributável 1 milhão 419.754. Empresas com um volume de negócios igual a zero são 5 com um lucro tributável de 14.525. Para vos dar uma ideia do que foi o nosso trabalho. Não usamos a lei para dizer que prescreveu. Nós cumprimos. Não somos também é D. Quixotes que andamos a lutar contra moinhos de vento. E se tivesse tido o cuidado de nos jornais ver as deliberações veriam que uma das justificações é para ___ a EDP e os Bancos. Mas, quando nos preocupamos só com o que é nosso e ver se os vizinhos lá estão ou não, isso é um problema. Eu podia arranjar uma série de explicações, até podia pedir o porquê de algumas afirmações ali mas acho que quem as leu não foi quem as escreveu, e portanto numa próxima assembleia entregarei à mesa todos os esclarecimentos pedidos pelo Senhor Paulo Jaloto.-----

-----**Sr. Paulo Jaloto:** Há muito poucas empresas que faturam mais do que 150.000,00€ e ultrapassam isso, o que foi decidido em reunião de câmara foi que para as empresas que faturam acima de 150.000,00€, com isenção no meu caso duvidosa, porque não há registos de isenção deste tipo de empresas e dizer só que ninguém diz nada por mim. Relativamente ao trânsito, gostaria de começar por dizer que como munícipe, estou estupefacto com o que ouvi na Assembleia. Tendo tido conhecimento da exposição realizada por colegas comerciantes no dia 4 de Março e que a mesma foi entregue em mão no mesmo dia e após resposta obtida através do ofício n.º 0812 – GVP datado de 31.03.2015 venho expor o seguinte: Lamentar a resposta dada pelo Executivo na medida em que penso que como Municípes e Comerciantes desta bela terra, seríamos merecedores de uma resposta adequada e respeitosa ou seja que fôssemos chamados para quem em sede de reunião pudéssemos expor os nossos problemas e ansiedades, no que respeita a esta tomada de oposição Camarária. Que salvo melhor entendimento seria merecedora de uma reunião com os diretamente visados, antes de ser tomada tal medida. Teria que ser levada ao Conselho Municipal de Trânsito e posteriormente à Assembleia, para ai ser homologada e decidida. Pois, após consulta dos Regulamentos Camarários no site da Câmara o único regulamento de trânsito existente é datado de 1994. Por tal motivo e não estando previstas estas alterações, não entendemos até a possível ilegalidade das mesmas. No entanto e como penso que Moncorvo não é um bem pessoal, que não pode ser gerido a nosso belo prazer e que quem gere questões públicas deve ter em conta o todo e não o individual pergunto: 1 – Quais os estudos que foram feitos e realizados em termos de mobilidade, trânsito, comércio e outros; 2- Quais as pessoas/comerciantes ouvidas?; 3- Quais os objetivos da medida?; 4- Levantamento/efeitos negativos que se estão a ter?; 5- Após aplicação da medida foi realizado estudo das vantagens e desvantagens da medida aplicada?;

6 – Tem o executivo camarário a perceção do descontentamento existente neste momento nos comerciantes? Sabe o executivo que o trânsito de clientes diário caiu 30%. Caros Senhores e Senhoras da Assembleia e Executivo não tenham medo de mudar uma decisão tomada, nunca é tarde para mudar um erro o que é grave é persistir no mesmo erro. Peço que tenham em mente que Moncorvo não é de quem está a gerir, pois Moncorvo é de quem vive cá todos os dias e de quem tem investimentos e decidiu investir nesta terra e estará cá independentemente de quem governe. Espero convictamente que esta resolução seja revogada pois a não o ser desde já responsabilizo o executivo pelas tomadas de posição a tomar pelos comerciantes. Bem como dos prejuízos causados por esta alteração. aguardo assim em meu nome e em nome de todos aqueles que se reveem nesta situação uma tomada de posição desta Assembleia e deste Executivo. Entrego cópia para ser entregue à Assembleia, PSD/CDS, PS e Presidente de Mesa, ao qual peço que seja anexada à ata como parte integrante da mesma. Muito Obrigado. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Para além dos erros jurídicos que existem também existem erros ortográficos. 1.º as pessoas foram ouvidas, 2.º nós próprios fomos falar com algumas pessoas. Eu gostaria só de dizer isto, a rua não está intransitável, transita-se num só sentido. Era uma rua problemática por causa das cargas e descargas, para se conseguir passar era um problema. Quando isso acontecia a GNR se multasse estava a ir contra o desenvolvimento económico. Portanto, aguardamos serenamente quais vão ser os prejuízos.-----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às __h__m deu por encerrada a sessão.-----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----



O Presidente da Mesa,



(José Mário Leite)

1.^a Secretária da Mesa,



(Cristina Trindade)

2.^o Secretário da Mesa,



(Maria Cecília Pinto)